

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Freio de mão

O ministro dos Transportes, Renan Filho, protestou contra a decisão do Congresso de derrubar o veto presidencial à proposta que torna obrigatório o exame toxicológico para a obtenção da CNH nas categorias A e B (motos e carros). Segundo o ministro, a medida aumenta a burocracia e onera ainda mais a retirada do documento. “O brasileiro não aguenta pagar mais”, afirma.

Ofensiva

O deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) apresentou um requerimento para a criação de uma Comissão Especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá ao Congresso Nacional, por maioria qualificada nas duas Casas, a prerrogativa de sustar decisões do Supremo Tribunal Federal consideradas inconstitucionais.

Data incerta

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), exaltou o Plano Nacional da Educação (PNE) durante o almoço da Frente Parlamentar Mista da Educação. Contudo, alguns parlamentares ficaram confusos em relação ao calendário. Em determinado momento, falou-se em adiar a votação do PNE na comissão especial. Mas, em seguida, Motta afirmou que o PNE deve ser votado até o fim do ano.

Vamos rápido

Mesmo que Motta não tenha definido uma data, o presidente da FPME garantiu que o plano será votado na próxima terça-feira. A ideia é firmar um acordo com os líderes partidários, aprovar o plano em caráter terminativo e encaminhá-lo ao Senado.

E o dinheiro?

Parlamentares governistas têm cobrado a votação do projeto que prevê o corte linear de benefícios fiscais. Só assim o Executivo poderá definir, corretamente, qual será o Orçamento no ano que vem. “Só querem votar despesa, tem que votar orçamento também”, disse um parlamentar à coluna. O Orçamento até pode ser votado sem a aprovação do projeto, mas dificulta a previsibilidade de quanto terá em caixa.

Reações à “missão” de Flávio Bolsonaro

Quem apostava na candidatura do governador de São Paulo para a presidência em 2026 — inclusive o mercado financeiro — foi surpreendido com o anúncio do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ontem. As reações foram diversas no meio político. A direita bolsonarista e os aliados do Planalto comemoraram a decisão, por razões diferentes. O Centrão, por sua vez, não perdeu tempo para se lamentar.

Até ontem, o Centrão mantinha alguma esperança de que o ex-presidente Jair Bolsonaro apoiaria seu ex-ministro a entrar na corrida pelo Planalto. Um dos sinais foi a defesa veemente que Tarcísio de Freitas fez da anistia aos envolvidos na trama golpista.

Com Flávio Bolsonaro à frente da “missão” de enfrentar a provável candidatura do presidente Lula, a empolgação deu lugar ao distanciamento. Horas depois do anúncio de Flávio, o presidente do União Brasil, Antônio Rueda, criticou a polarização que se formará se a candidatura de Flávio Bolsonaro for adiante. “Em 2026, não será



a polarização que construirá o futuro, mas a capacidade de unir forças em torno de um projeto sério”, escreveu em uma rede social.

No maior gás

O setor de gás está empolgado com a Medida Provisória do Gás do Povo, aprovada esta semana na Comissão Mista da MP. Para o Sindigás, as chances de a proposta caducar são remotas. “Ninguém quer fazer parte de quem interrompeu um programa em vigor”, afirmou o presidente da entidade, Sérgio Bandeira de Mello.

Olha o jabuti

Com a aprovação na Comissão, a MP segue para o Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado, essas duas etapas que têm deixado o setor ansioso. Há um receio do surgimento de jabutis no processo.

Questão de segurança

Dados do Sindigás mostram que a maioria das pessoas que ainda usam lenha em seus fogões são mulheres, negras, pobres e que vivem em comunidades nas grandes cidades do país. E essa situação é de grande perigo. Mais de 90% dos lares não têm um escapamento de fumaça adequado, com risco de queimaduras e outros danos à saúde.

Cobrança

Na próxima sessão do Senado, o senador Eduardo Girão (Novo-CE), autor do requerimento de CPI do Banco Master na Casa, vai cobrar do presidente Davi Alcolumbre (União-AP), em plenário, a abertura da comissão. “Farei igual eu fiz sobre a decisão do ministro (do STF) Gilmar Mendes”, disse à coluna.

Trabalho digno

Com um olho na eleição e outro na economia, o governo deu um sinal para os trabalhadores de aplicativo. Criou um Grupo de Trabalho Interministerial a fim de ouvir as demandas da categoria e buscar a elaboração de políticas públicas para enfrentar problemas como baixa remuneração e ausência de direitos.

Diálogo institucional

Segundo o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, a ideia é anunciar medidas práticas, “em pouquíssimo tempo”, a fim de oferecer melhores condições de trabalho a esses profissionais. O governo pretende dialogar com o Congresso Nacional, a Justiça do Trabalho e o Ministério Público para melhorar a vida da categoria. Segundo o IBGE, o Brasil tem aproximadamente 1,7 milhão de trabalhadores por aplicativos e plataformas.

DESAFIOS 2026

O protagonismo do Brasil no cenário mundial

O país está diante de escolhas decisivas. Em um momento de transformações globais, o Correio Braziliense promove o tradicional debate "Desafios 2026".

Mais do que um encontro, o evento será um espaço de reflexão, diálogo plural e construção de soluções para o desenvolvimento nacional.

PARTICIPE COMO PATROCINADOR E REFORCE O COMPROMISSO DA SUA MARCA COM O FUTURO DO BRASIL:

10 DE DEZEMBRO
a partir das 08h30
auditório do Correio Braziliense
(SIG Qd. 02 Lt. 340)

ESCANEE O QR CODE E ENTRE EM CONTATO COM NOSSA EQUIPE COMERCIAL.

Apoio:

Realização:

Produção: